

Mensalidades: a quem recorrer?

Os pais protestam contra os reajustes. Mas não sabem o que fazer, pois a medida é legal.

No mês de fevereiro a secretária Elizabeth Bianchi pagou Cz\$ 13 mil de mensalidade de sua filha no colégio Saint George, no Brooklin. Para março, a escola aplicou reajuste baseado no decreto de liberação dos aumentos. Resultado: ela terá que desembolsar, só neste mês, Cz\$ 23.200,00, cerca de 85% a mais — enquanto seu salário teve um único reajuste, de 9%, pela URP.

Casos como o de Elizabeth estão fazendo com que pais de alunos se reúnam para protestar contra os reajustes, que eles consideram “absurdos” e “abusivos”. Mas o problema que dizem enfrentar é a falta de meios para fazerem suas reivindicações: a autorização da liberdade dos reajustes foi assinada pelo presidente Sarney, e é, portanto, legal.

— É um tremendo absurdo — protesta Elizabeth. — Todas as mães estão reclamando desses abusos, mas como vamos recorrer legamente se os reajustes estão autorizados?

Outra acusação da secretária é com relação ao nível dos professores. Para ela, o colégio vem substituindo os professores mais antigos por recém-formados. “Pelo jeito, vou ter que tirar minha filha de lá. Só o preço já me leva a isso. Mas agora há ainda a queda do nível dos professores, que é outro agravante. Eles pagam menos esses professores novos e aumentam a margem de lucro, num total desrespeito aos pais,



A educação, cara demais.

que muitas vezes são obrigados a pagar esse absurdo, porque têm de trabalhar e não encontram lugares mais baratos para deixar os filhos.

Consultado, o colégio Saint George, através de um funcionário que não quis se identificar, negou que esteja havendo substituição de professores por recém-formados. Sobre o índice dos reajustes, o colégio se justifica pela proximidade do dissídio, que será aplicado aos professores neste mês. O mesmo funcionário disse também discordar dos termos “absurdo” e “abusivos”, usados pelas mães ao referirem-se ao novo preço das mensalidades. Segundo ele, “o ensino particular vem enfrentando uma séria crise. Se não for feita uma nova estruturação, urgente, vai acabar falindo”.

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular criou o Conselho de Autopreservação Escolar, para apurar as denúncias de pais ou alunos que se queixam dos abusos praticados pela rede particular. Mas, segundo o presidente do sindicato, José Aurélio de Camargo, o conselho até agora não recebeu nenhuma reclamação:

— Muito se diz, mas pouco se prova — argumenta José Aurélio. — Se realmente estivesse havendo esses descabros que a Secretaria de Defesa do Consumidor e o Procon estão dizendo, já teríamos recebido várias reclamações.

Segundo José Aurélio, as reclamações podem ser feitas ao conselho pelos telefones 262-9388 ou 543-0644. O endereço é rua Michigan, 962, Brooklin.

Negociações

O Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular continuam a manter negociações em torno do reajuste dos professores. Mas ainda não há acordo, e as partes podem ir a dissídio. Os professores reivindicam um reajuste de 108%, mais a URP de março, enquanto o sindicato patronal oferece 75% na data-base (março), mais 5% em setembro.

Hoje as partes realizam mais uma rodada de negociações, e amanhã os professores se reúnem em assembleia para avaliar os acontecimentos da semana.